



Nota de orientação – Sessão 2: **COMPETÊNCIAS E INOVAÇÃO**



O novo grande objetivo da UE para 2030 em matéria de competências conforme proposto no Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Até 2030, pelo menos

60%

dos adultos **deverão participar todos os anos em ações de formação**

As competências e a inovação são duas faces da mesma moeda. Dispor de mão de obra qualificada é essencial para que a Europa seja mundialmente competitiva e domine a inovação, para que tire partido das transições verde e digital e assegure uma recuperação rápida e inclusiva. Dispor das competências adequadas é também a melhor forma de assegurar boas perspetivas de emprego e, por consequência, a justiça social para todos os indivíduos. Ao mesmo tempo, o progresso tecnológico e a implementação de práticas inovadoras no local de trabalho e na sociedade podem agravar as lacunas de qualificação. Neste momento, mais de 70% das empresas na Europa declaram que a falta de qualificações dificulta o seu negócio. Com a dupla transição verde e digital e as perturbações provocadas pela COVID-19, verificou-se uma aceleração das alterações estruturais nos mercados de trabalho, e as lacunas de qualificação irão acentuar-se ainda mais.

O Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais estabelece um objetivo ambicioso: que pelo menos 60% de todos os adultos participem em ações de formação todos os anos. Também estabelece que, até 2030, pelo menos 80% das pessoas entre 16 e 74 anos deverão ter qualificações digitais mínimas; o abandono escolar precoce deve ser ainda mais reduzido; e a frequência do ensino secundário deve aumentar.

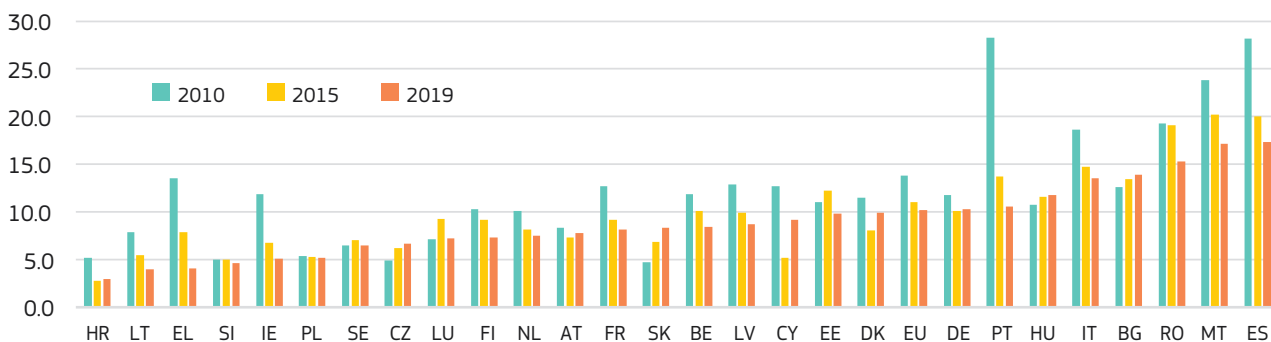
Principais temas para debate:

- Como podemos assegurar que o ensino obrigatório e a formação profissional são adequados para preparar os indivíduos para as necessidades do mercado de trabalho?
- Como podemos aprofundar significativamente o nosso empenho para aumentar e renovar as competências?
- Que iniciativas, a nível nacional e da UE, podem promover as competências ecológicas e digitais, de forma a melhorar o desempenho da UE em matéria de inovação?

1. Competências e inovação na UE

A existência de um ensino obrigatório e de sistemas de formação profissional bem concebidos, incluindo a educação e cuidados na primeira infância, lançam as bases para desenvolver as competências básicas e transversais que são necessárias nas sociedades em rápida mudança. Nos últimos dez anos, a percentagem de abandono escolar baixou de quase 15% para 10,2%, mas a evolução desde 2015 tem sido lenta (Figura 1). Do mesmo modo, um em cada cinco estudantes na UE não tem as competências básicas, numa estreita relação com as condições socioeconómicas.

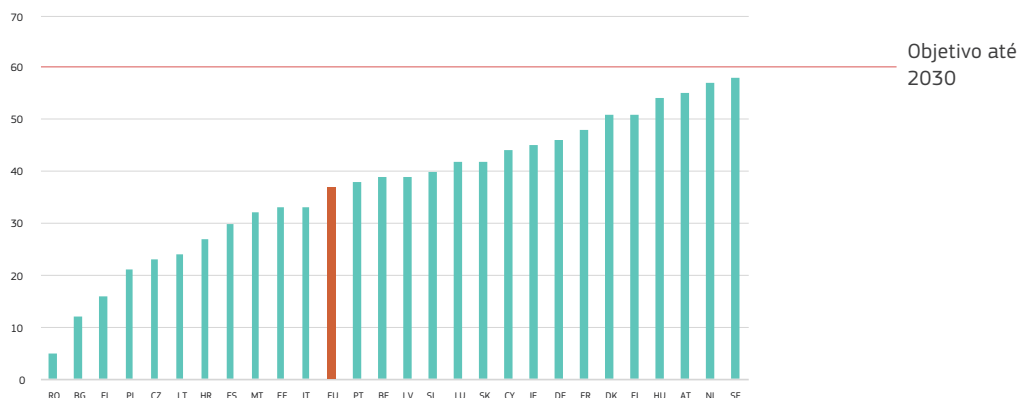
Figura 1. Abandono precoce da escola e da formação profissional, 2010, 2015, 2019



Fonte: Eurostat, IFT [edat_lfse_14].

O ensino superior, o ensino profissional e a formação profissional são essenciais para fornecer as competências de que o mercado de trabalho precisa. A frequência do ensino superior por parte de pessoas entre os 30 e os 34 anos aumentou o suficiente para atingir a meta da UE de 40% em 2020, mas as disparidades entre os Estados-Membros, entre diferentes grupos populacionais e áreas geográficas são significativas. Além disso, em média, apenas 59,3% dos indivíduos recém-formados (entre 15 e 34 anos) no ensino profissional e na formação profissional na UE-27 declararam terem tido acesso à aprendizagem em contexto de trabalho em 2016, sendo que 25,7% integraram algum programa de estágio profissional e 33,6% beneficiaram de outros tipos de formação em contexto de trabalho. Apesar de um progresso geral nos resultados da educação e da formação profissional, um em cada quatro adultos tem baixas qualificações ou médias qualificações obtidas através de um curso generalista, com poucas perspetivas de emprego.

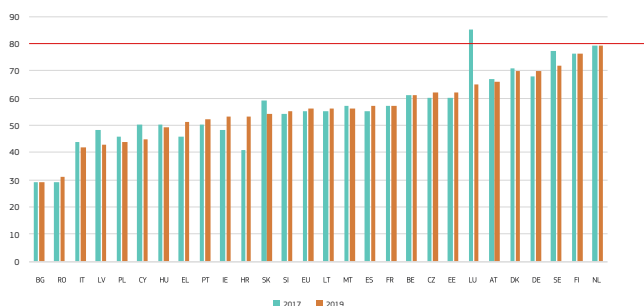
Figura 2. Percentagem de adultos (25-64 anos) que participaram em formação em 2016



Fonte: Eurostat, Adult Education Survey 2016.

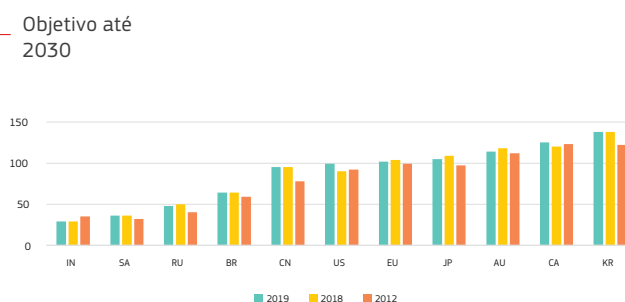
Embora seja consensual que, na sociedade atual, todas as pessoas precisam de se empenhar no desenvolvimento de competências ao longo da vida, estamos longe dessa realidade na UE. Alguns Estados-Membros estão quase a atingir o nível necessário, mas a maioria não, e a evolução é lenta (Figura 2). Além disso, os indivíduos com baixas qualificações – um alvo prioritário das políticas destinadas ao aumento e à renovação de competências – são aqueles que menos participam em cursos de formação ou no desenvolvimento de competências.

Figura 3. Pessoas com competências digitais básicas ou superiores, dos 16 aos 74 anos



Fonte: Eurostat [tepsr_sp410].

Figura 4. Desempenho em matéria de inovação



Fonte: Comissão Europeia, Painel Europeu da Inovação 2020.

Este facto tem um impacto direto na capacidade de inovação e no crescimento da produtividade da Europa, como é demonstrado pelo exemplo das competências digitais (Figura 3). Além disso, de acordo com o Cedefop, 64% das grandes empresas e 56% das PME que recrutaram especialistas TIC durante o ano de 2018 declararam que as vagas para especialistas TIC são difíceis de preencher. A oferta insuficiente de competências em TIC e em ciência, tecnologia, engenharia e matemática é um claro obstáculo à inovação.

A transição para uma economia climaticamente neutra vai trazer alterações radicais em ecossistemas industriais inteiros. Em toda a economia, os perfis das funções e os requisitos de competências estão a mudar radicalmente, nomeadamente com novas competências ecológicas em funções já existentes e a criação de novos empregos verdes. A Europa deve aproveitar esta oportunidade para inverter a tendência: desde 2012, a clivagem entre o desempenho da UE em matéria de inovação e o da Coreia do Sul, da Austrália e do Japão tem aumentado, enquanto a vantagem em relação aos Estados Unidos, à China, ao Brasil, à Rússia e à África do Sul diminuiu (Figura 4).

2. Fatores que fomentam uma revolução das competências e da inovação

Fazer com que o ensino obrigatório, a formação profissional, o ensino profissional e o ensino superior sirvam para preparar os indivíduos para as necessidades do mercado de trabalho requer uma abordagem multidimensional. Entre as medidas específicas a implementar, incluem-se políticas de apoio à aquisição de competências fundamentais na aprendizagem ao longo da vida, valores comuns e educação inclusiva, a modernização das infraestruturas do ensino e da formação profissional com vista às transições verde e digital, o melhoramento da formação de professores e a diversificação das carreiras docentes.

A oferta do ensino e da formação profissional deve estar em linha com as necessidades do mercado de trabalho. Isto inclui apoiar o desenvolvimento de programas de ensino profissional e formação profissional que ofereçam uma combinação equilibrada de competências profissionais e de competências-chave, bem como criar oportunidades de aprendizagem em contexto de trabalho e de estágios profissionais. Será igualmente benéfica a promoção da flexibilidade e da permeabilidade entre setores do ensino e da formação profissional.

No que respeita ao aumento e à renovação de competências, as políticas devem ser ancoradas em estratégias abrangentes de desenvolvimento de competências ao nível nacional, baseadas em dados e informações fidedignos sobre competências e envolvendo todos os atores relevantes. As abordagens estratégicas ao desenvolvimento de competências devem incluir a análise das necessidades de competências, as oportunidades para esse desenvolvimento ao dispor dos cidadãos, o reconhecimento dos seus resultados, nomeadamente através de microcredenciais aceites no mercado de trabalho, mecanismos eficazes para validação de competências, serviços de aconselhamento e orientação, e certificação individual, fundamental para que as pessoas tirem benefícios das oportunidades.

É essencial dispor de níveis adequados de investimento, e os apoios da UE podem ter várias proveniências. O ensino, a formação profissional e as competências são o cerne do programa Erasmus+ e do Fundo Social Europeu Mais (FSE+). O apoio dirigido a necessidades específicas virá também do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Programa Europa Digital, do Fundo para uma Transição Justa, e do InvestEU. Em especial, o ensino e as competências estão entre as áreas emblemáticas do apoio ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, com enfoque nas competências para as transições verde e digital. A Recomendação da Comissão sobre um apoio ativo e eficaz ao emprego na sequência da crise da COVID-19 (EASE) fornece aos Estados-Membros orientações para o desenvolvimento de medidas políticas, nomeadamente de apoio à criação de oportunidades para aumento e renovação de competências. Deve ser prestada especial atenção aos grupos sub-representados e desfavorecidos no que toca à educação, à formação profissional e ao mercado de trabalho.

3. Iniciativas relevantes ao nível da UE para a inovação e as competências

Seleção de iniciativas da UE adotadas e em curso



Agenda de Competências para a Europa em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência

A Agenda de Competências para a Europa apresentada pela Comissão em julho de 2020 estabelece um plano a cinco anos (2020-2025) para apoiar o desenvolvimento de mais e melhores competências. Vai contribuir para reforçar a competitividade sustentável, garantir a justiça social e criar resiliência para reagir às crises.



Recomendação do Conselho sobre o ensino e a formação profissionais (EFP)

Esta Recomendação do Conselho, adotada em 24 de novembro de 2020, define princípios essenciais para assegurar que o EFP é flexível, que se adapta rapidamente às necessidades do mercado de trabalho, incluindo mudanças originadas pelas transições verde e digital, e providencia oportunidades de aprendizagem de qualidade para jovens e adultos. A Recomendação foca-se no aumento da flexibilidade do EFP, nas oportunidades de aprendizagem em contexto de trabalho e de estágios profissionais e em assegurar qualidade. Estabelece Centros de Excelência Profissional (CEP) para co-criar “ecossistemas de competências” para a inovação, o desenvolvimento regional e a inclusão social.



Pacto para as Competências

Em novembro de 2020, a Comissão lançou o Pacto para as Competências, uma iniciativa emblemática no âmbito da Agenda de Competências para a Europa. Este pacto facilita a união de esforços dos agentes públicos e privados, a tomada de ações para melhorar e renovar as competências de pessoas em idade ativa, em linha com os seus estatutos, e a criação de parcerias.



Espaço Europeu da Educação

Entre as medidas aqui contempladas, contam-se a aquisição de competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, valores comuns e ensino inclusivo, a criação de Universidades Europeias, o reconhecimento mútuo automático das avaliações de períodos de aprendizagem no estrangeiro e a melhoria do formação de professores.



Plano de Ação para a Educação Digital

O Plano de Ação para a Educação Digital (2021-2027) propõe iniciativas que confirmam à Europa uma educação digital de alta qualidade, inclusiva e acessível. Nele se apela a uma cooperação mais forte entre os Estados-Membros e os diversos agentes e se estabelecem duas prioridades de longo prazo: (i) fomentar o desenvolvimento de um ecossistema de educação digital de elevado desempenho; (ii) alargar as competências digitais para acompanhar a transformação digital.



Espaço Europeu da Investigação (EEI)

O novo Espaço Europeu de Investigação vai melhorar o panorama da investigação e da inovação na Europa, acelerar a transição da UE rumo à neutralidade climática e à liderança digital, apoiar a recuperação da crise do coronavírus e fortalecer a resiliência contra futuras crises.



Recomendação da Comissão sobre um apoio ativo e eficaz ao emprego na sequência da crise da COVID-19 (EASE)

A EASE fornece orientação aos Estados-Membros para acompanharem as transições do mercado de trabalho de setores em declínio para setores em expansão e para fomentar a criação de emprego. As medidas devem ser baseadas num mapeamento das necessidades de competências em todos os setores económicos e regiões, e devem ser complementadas pela implementação de recomendações específicas relevantes para cada país, ao abrigo do Semestre Europeu.

Seleção de futuras iniciativas da UE:

T4 2021

- **Agenda de Modernização para o Ensino Superior**
- **Plano de Ação da UE para a Economia Social**
- Proposta de iniciativa sobre **contas individuais de formação**
- Proposta de iniciativa sobre **microcredenciais para facilitar percursos de aprendizagem flexíveis e transições no mercado de trabalho**
- Pacote de **Competência e Talentos**
- Proposta de **Recomendação do Conselho sobre a educação para a sustentabilidade ambiental**

2022

- Iniciativa sobre **Vias para o Sucesso Escolar**